

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Os inimigos dos Açores

Se dúvidas houvesse sobre o fervor centralismo de António Costa, o pior primeiro-ministro da história das Autonomias, elas dissiparam-se na passada quarta-feira, quando teve o descaramento de enviar à Assembleia da República uma proposta para alterar a Lei do Mar, com vista a retirar aos Açores e à Madeira poderes de gestão partilhada dos respectivos mares.

O PS de Lisboa sempre foi um partido anti-autonomista, recheado de centralistas e de dirigentes cheios de preconceitos em relação às ilhas, pelo que o seu governo e os deputados no parlamento nacional seguiram à risca a orientação do chefe colonial.

Até os três deputados socialistas dos Açores - Sérgio Ávila, Francisco César e João Castro, para que fique registado - não tiveram a coragem de descolar da proposta colonialista e abstiveram-se, contra a posição do seu partido nos Açores, que deu parecer negativo, no parlamento regional, votando contra a proposta centralista de António Costa.

Percebe-se o incómodo dos três deputados açorianos, que querem agradar a Deus e ao diabo, para não perderem os seus cargos, mas a imagem que fica é de uma traição ao seu próprio partido na região e, essencialmente, a todos os açorianos.

Dizem eles que vão esperar pela discussão na especialidade, onde em sede de comissão parlamentar poderão “aperfeiçoar a proposta”, mas perderam aqui uma grande oportunidade para demonstrarem de que lado estão e dando um sinal de que os Açores estão primeiro do que a obediência ao partido nacional e ao chefe todo poderoso.

Uma vergonha a posição dos senhores deputados, a somar à vergonha de todo o seu grupo parlamentar e aos governantes que, nos Açores dizem uma coisa, como foi o caso recente do ministro da Economia, e lá fora fazem outra.

O mesmo se diga em relação ao Chega, PCP e Livre, que também se abstiveram, mas estes não espantam ninguém, por serem partidos radicais e anti-autonomistas, tendo a expressão que têm nas Regiões Autónomas, que é nula ou diminuta.

A proposta de lei do governo de António Costa, aprovada apenas com os votos do PS, “é extemporânea, face ao processo de revisão constitucional ordinária, que decorre na Assembleia da República”, na medida em que é estabelecido na proposta de revisão constitucional dos Açores que as Regiões Autónomas “têm o direito de exercer poderes de ordenamento e gestão sobre as águas interiores e o mar territorial, com os seus leitos e os fundos marinhos contíguos, que pertençam ao respectivo território”.

Estas citações são do PS-Açores, no seu parecer aprovado no parlamento regional, que os seus deputados à Assembleia da República não devem ter lido ou colocaram no caixote do lixo.

Honra seja feita ao Grupo Parlamentar do PS/Açores, que justifica, assim, o seu parecer desfavorável, uma vez que o diploma que pretende alterar a Lei do Mar “surge, de forma injustificada, a meio de um processo político que decorre na Assembleia da República com vista a consolidar uma posição constitucional consensual sobre o papel das Regiões Autónomas no ordenamento e gestão do espaço marítimo nacional”.

Fiquemos, agora, a aguardar a decisão da comissão parlamentar que vai analisar a proposta de lei aprovada em plenário, para ver se os deputados socialistas dos Açores honram o compromisso do seu partido nesta Região.

O que assistimos nas vésperas da comemoração da implantação da República é aquilo que, desde há muitos anos vimos denunciando nesta espécie de República mardrasta, contra o centralismo serôdio de quem se senta no Terreiro do Paço julgando que é dono do país.

Salazar também era assim.

Há cada vez mais agressões nas escolas dos Açores

Há cada vez mais registos e relatos de agressões nas escolas açorianas, a última das quais numa escola em Rabo de Peixe, onde se registaram nos últimos dias três agressões.

A PSP enviou para o Ministério Público as alegadas agressões a um funcionário e a uma professora de uma escola com ensino pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico de Rabo de Peixe.

Fonte ligada ao processo disse que os dois casos foram registados na semana passada, na Escola D. Paulo José Tavares, em Rabo de Peixe, no concelho de Ribeira Grande, e envolveram alegadas agressões físicas de um pai a um assistente operacional e verbais de uma mãe a uma professora.

Governo apoia funcionários e professores

Nas duas situações, o Conselho Executivo da escola “entendeu que foram excedidas as normas de convivencialidade e, como tal, entendeu que devia reportar [a ocorrência] à [equipa da] Escola Segura [da PSP]”, disse aos jornalistas a Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais do Governo Regional dos Açores.

“No contacto pessoal tive com o senhor Presidente do Conselho Executivo para dizer que, nestas circunstâncias, devemos prestar todo o apoio aos nossos funcionários e colaboradores”, acrescentou Sofia Ribeiro.

De acordo com a governante, um caso foi relativo a um encarregado de educação que “na hora de entrada e saída da escola quis entrar na escola e foi barrado por um assistente operacional, de acordo com o regulamento interno”.

O entrave no acesso ao estabelecimento de ensino “mereceu por parte do encarregado de educação uma reação com violência”, explicou.

Encarregados de educação exaltados

Na outra situação, tratou-se de uma encarregada de educação que foi chamada à escola para “discussão de questões práticas de gestão

escolar” e “terá havido uma situação de grande exaltação”, salientou.

A Secretária Regional da Educação dos Açores adiantou que, em ambos os casos, a Direcção da escola “reportou [o ocorrido] ao agente da Escola Segura [da PSP] presente no local”.

Ainda de acordo com Sofia Ribeiro, o Conselho executivo do estabelecimento de ensino informou que as duas situações “foram pontuais” e que “a ordem pública está assegurada”.

“São duas situações pontuais e distintas de descatos e que, como tal, são por nós consideradas como agressão”, concluiu Sofia Ribeiro.

Dois terços dos adolescentes já foram vítimas

Os resultados de uma investigação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), agora divulgado, dizem que 68% dos adolescentes portugueses já foram vítimas de comportamentos agressivos em contexto escolar.

Os dados apontam para uma prevalência da violência interpessoal em escolas do ensino básico e secundário de Portugal Continental e dos Açores.

Dos 7.139 jovens que participaram na investigação, de ambos os sexos e com idades entre os 12 e os 18 anos, 68% (4.837) revelam ter sido vítima de algum comportamento de agressão. Por outro lado, um número não muito diferente (64%, correspondente a 4.634 jovens) assume já ter praticado algum ato violento para com um colega.

Os dados em causa foram recolhidos entre 2018 e 2022, no âmbito do PREVINT, um programa de prevenção da violência interpessoal implementado em mais de uma centena de escolas, abrangendo cerca de 20.000 estudantes.

A amostra é das maiores em estudos similares, o que deixa adivinhar o real cenário nas escolas.

Piadas de mau gosto, humilhações, tentativa de controlo e perseguição fazem parte da realidade da maioria das crianças e jovens nas escolas portuguesas, segundo as conclusões do estudo publicadas no DN.